



III Seminário de Integração

VIII EAIC - V EAEX - III EAITI

07 a 10
novembro
2022



DO CÓDIGO DE MENORES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ATENDIMENTO A ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL NO BRASIL

Yohana Ramos Cardoso
Unespar/Campus Apucarana, yoramos3101@gmail.com

Viviani Yoshinaga Carlos (Orientadora/a)
Unespar/Campus Apucarana, viviani.yoshinaga@edu.com.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional: PIC - Programa de Iniciação Científica (voluntário, sem bolsa)

Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO: Este estudo se debruçou sobre a temática da socioeducação, em específico no atendimento aos adolescentes autores de ato infracional no Brasil. Assim posto, o objetivo foi o de elucidar a trajetória histórica do atendimento ordenado pelo Estado brasileiro a estes adolescentes. O estudo se caracterizou como uma pesquisa descritiva, sendo realizado por meio de levantamento bibliográfico, com a identificação dos principais livros, obras, teses e dissertações referentes à temática, tendo em vista o materialismo histórico-dialético, método que possibilitou compreender as determinações da trajetória histórica do atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, imbricadas com as relações de produção na estrutura do capital. Partindo da concepção de autores como Engels (2019), Lênin (2017) e Netto (2011), foi possível analisar que a intervenção do Estado burguês na sociedade está diretamente ligada aos interesses das forças produtivas e da classe dominante. No Brasil, as mudanças operadas pelo capital no século XX direcionaram a intervenção do Estado no atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, desde a criação do primeiro Código de Menores, de 1927, até o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990. O percurso histórico analisado, com base em autores como Carlos (2012; 2019), Rizzini (2009) e Oliveira e Silva (2011), apontou para a compreensão de que a intervenção do Estado na área foi pautada em formas de atendimento que criminalizavam a pobreza, reconhecendo no adolescente autor de ato infracional alguém que precisava ser afastado do convívio social para que fosse possível formar indivíduos úteis à sociedade, dentro dos moldes tipicamente capitalistas. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a perspectiva de intervenção do Estado avançou na garantia dos direitos por meio da adoção da Doutrina de Proteção Integral. Porém, no que tange ao adolescente autor de ato infracional, observa-se que o Estatuto esbarrou nos limites impostos pela sociedade capitalista, reforçando a criminalização da pobreza e a culpabilização do indivíduo, principalmente sob a égide do neoliberalismo, no qual se evidencia o avanço do braço penal do Estado.

Palavras-chave: Socioeducação. Estado. Adolescente autor de ato infracional.

Realização



Apoio

